

“Meu propósito foi unicamente agilizar o processo”, diz Renan sobre decisão do conselho

César Borges (E), Demostenes e João Alberto (sentados): o conselho devolve denúncias



José Cruz

Mesa deve se manifestar hoje sobre denúncias

Em ofício, Renan pede parecer da Mesa diretora, depois da decisão do Conselho de Ética de devolver denúncias da CPI

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar devolveu à Mesa os processos contra os senadores Ney Suassuna, Magno Malta e Serys Slhessarenko. Ao tomar conhecimento da decisão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou o envio de ofícios aos integrantes da Mesa para que se manifestem sobre o assunto em 24 horas. O presidente do conselho, João Alberto, previu para o dia 25 de setembro o desfecho dos processos, que começam a ser analisados no dia 5. **Páginas 3 e 4**



Célio Azevedo

Na CPI dos Sanguessugas, Antero entrega documentos sobre Mato Grosso



J. Freitas

Cai a participação do agronegócio no PIB, lamenta Alvaro

O recuo de 1,91% na participação do agronegócio no produto interno bruto (PIB) foi lamentada pelo líder da Minoria, Alvaro Dias. A queda, segundo disse, é apontada por estudos de entidades representativas do setor. **Página 7**

Debate não supera divergências. Ato médico deve ter novo projeto

Profissionais da área de saúde mantiveram, na Comissão de Assuntos Sociais, suas divergências quanto ao projeto de lei que disciplina o ato médico. Lúcia Vânia prepara substitutivo. **Página 2**

País cresce com distribuição de renda, afirma Ideli Salvatti

A desigualdade social caiu dos 50% mais pobres na renda nacional cresceu quase dois pontos percentuais de 2002 para cá. **Página 6**



J. Freitas

Lúcia Vânia (D), relatora da proposta, coordena debate com profissionais da área de saúde

Presidente da AMB defende aprovação de projeto, enquanto representante dos nutricionistas diz que matéria fere direitos de outros profissionais da área de saúde

Lúcia Vânia prepara substitutivo para projeto sobre o ato médico

Profissionais da área de saúde voltaram ontem a divergir, em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sobre o projeto de lei do Senado que define o campo de atuação dos médicos. A proposta provoca polêmica desde que foi apresentada, em 2002, pelo então senador catarinense Geraldo Althoff. O debate foi mediado pela relatora da matéria, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que espera oferecer, até fevereiro do próximo ano, um substitutivo.

A aprovação da proposta (PLS 25/02) foi defendida pelo presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Gomes do Amaral, para quem a iniciativa leva em conta a participação multidisciplinar de outros profissionais de saúde no atendimento médico.

– O projeto não impede a participação de diversos profissionais de saúde, todos os que forem necessários, dentro de cada contexto. A matéria pode ser aprovada como está, mas o fato de sermos favoráveis à aprovação do texto da forma como ele se encontra não quer dizer que sejamos contrários a qualquer rediscussão dos termos utilizados pelo projeto de lei – afirmou Gomes do Amaral.

Embora tenha apontado avanços na discussão da matéria, a representante do Conselho Nacional de Nutricionistas (CNN), Rosane Maria Nascimento da Sil-

va, manifestou-se contrariamente ao projeto e advertiu que sua aprovação poderá comprometer a atuação dos demais profissionais do setor de saúde em benefício dos médicos.

– A proposição fere frontalmente os direitos de profissionais de saúde no exercício de suas funções, que estão regulamentadas legalmente. Ele traz como centro da atenção e da assistência à saúde o profissional médico, tirando a autonomia da população de escolher o profissional que ela achar que vai lhe assistir. Além disso, limita o acesso à saúde, ao

Projeto é alvo de polêmica desde que foi apresentado, em 2002, pelo então senador Geraldo Althoff

determinar que todo diagnóstico e prescrição terapêutica são atividades exclusivas do médico.

E nós sabemos que outros profissionais também possuem condições para fornecer terapêuticas e diagnósticos específicos – disse a representante dos nutricionistas.

Falhas

Por sua vez, a presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), Marília Barbosa, sustentou que o texto em discussão no Senado apresenta algumas falhas “semânticas” que podem comprometer a atuação dos profissionais de saúde no país.

– Sou a favor da equipe multidisciplinar. Eu acho que há espaço para todos os profissionais da área de saúde atuarem. Somos favoráveis à regulamentação des-

de que fique bem claro o limite de atuação de cada um e que tenha espaço para todo mundo. Na auditoria de contas de uma operadora de planos de saúde, por exemplo, eu não preciso ter um médico coordenando essa atividade. Pode ser uma enfermeira, que na maioria das vezes sabe a quantidade de medicamento e material utilizado nas intervenções – exemplificou Marília Barbosa.

A Unidas congrega mais de 5 milhões de beneficiários no Brasil e reúne empresas que administram seus próprios planos de saúde, sem a necessidade de contratá-los no mercado, a exemplo da Volkswagen e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Atribuições

O projeto prevê a definição de diversas atividades que se incluem na área médica, determinando as atribuições exclusivas dos médicos e os limites de atuação de outras categorias, como os enfermeiros, fisioterapeutas e farmacêuticos.

O texto em debate estabelece que as atividades de coordenação, direção, chefia, perícia, auditoria, supervisão e ensino de procedimentos médicos privativos estão incluídas entre os atos que devem ser exercidos unicamente por médicos.

Transmitida pelo sistema de videoconferência, a audiência pública da CAS – realizada no auditório do Inrterlegis – pôde ser acompanhada por membros e servidores de assembleias legislativas de diversos estados.



Lúcia Vânia (C) coordena debate com representantes da área de saúde

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão não-deliberativa de hoje (sem votação de projetos) começa às 14h. Ela é destinada à leitura de expediente e a discursos dos senadores sobre os mais variados temas. Na semana que vem, também não estão previstas votações. Os trabalhos do Plenário podem ser acompanhados pelos cidadãos por meio da Rádio e da TV Senado.

Mostra Animais em Foco

O Senado Federal, em parceria com a Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA), apresentará a mostra *Animais em Foco*, de 28 de agosto a 14 de setembro, na Senado Galeria. A exposição exhibe o trabalho de conscientização e de campo que vem sendo realizado pela ONG WSPA ao redor do mundo.

Visitas pelo Senado

A Secretaria de Relações Públicas do Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa. Os passeios têm início no Salão Negro e incluem visita ao Plenário. Maiores informações pelo telefone (61) 3311-3388.

Qualidade de Vida

Entre os dias 28 e 30 deste mês será realizado o II Fórum de Qualidade de Vida nas Instituições Públicas, voltado para os servidores. As inscrições já estão abertas. Mais informações nos telefones (61) 3311-4267 / 3311-4269.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador João Alberto Souza

Processos relativos aos três senadores citados no caso da máfia das ambulâncias retornam à Mesa para apressar os procedimentos

Célio Azevedo



Romeu Tuma (D) fala na reunião do colegiado, ao lado de João Alberto Souza, Demostenes Torres e César Borges

Conselho de Ética quer agilizar processos contra senadores

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou ontem três pareceres pela devolução à Mesa do Senado das denúncias contra os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT) por quebra de decoro parlamentar. A decisão foi tomada para que a Mesa resolva sobre a instauração ou não de processos por perda de decoro parlamentar contra os três senadores. Se a Mesa deliberar pela abertura de processo disciplinar, deverá reenviar ao conselho o relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas já em forma de representação, reduzindo, assim, os prazos para o julgamento dos processos.

Os três senadores tiveram seus nomes incluídos no relatório preliminar da CPI dos Sanguessugas por haver indícios ou provas de terem participado da chamada máfia das ambulâncias, utilizando irregularmente emendas ao Orçamento da União na compra de ambulâncias, para municípios, com preços superfaturados. Segundo o presidente do Conselho de Ética, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), os autos retornam à Mesa do Senado para que ela possa, mediante quórum de pelo menos quatro dos seus sete membros, decidir pelo novo encaminhamento ao conselho.

– Estou obedecendo a determinação do plenário do conselho. Demostenes Torres [PFL-GO], com seu relatório, facilitou a tomada dessa posição – afirmou João Alberto, ao lembrar que cabe agora à Mesa decidir pelo reenvio dos documentos ao colegiado.

A decisão do conselho de devol-

ver as denúncias só foi possível porque os senadores Demostenes Torres, Sibá Machado (PT-AC) e César Borges (PFL-BA) apresentaram pareceres pela devolução dos autos, alegando que a investigação preliminar, prevista na fase da denúncia, já havia sido atendida com os trabalhos da CPI, bem como da Polícia Federal, do Ministério Público e do Supremo Tribunal Federal, que já estão investigando o uso irregular de recursos do Orçamento da União.

Demostenes Torres lembrou ainda, em entrevista à Agência Senado, que a Mesa tem a prerrogativa de mandar arquivar as denúncias, em vez de solicitar a abertura de processo disciplinar, se considerar que os casos não são para perda de mandato.

– Não acredito que a Mesa faça isso, em face da gravidade da situação, mas, se o fizer, ainda cabe recurso ao Plenário – explicou o senador.

Reunião

A reunião do Conselho de Ética foi aberta com quase uma hora de atraso para que o colegiado atingisse o quórum mínimo de oito dos seus 15 membros para a votação. Logo no início, Demostenes Torres leu seu parecer, referente à denúncia contra a senadora Serys, por meio do qual apontava que a investigação preliminar necessária na fase da denúncia já havia sido atendida.

– Voto pela devolução dos presentes autos à Mesa do Senado Federal a fim de que sejam atendidas as condições de procedibilidade para a instauração do devido processo disciplinar – concluiu.

Embora os outros dois relatores ainda não tivessem apresentado

parecer, logo surgiu a sugestão para que eles dessem o mesmo encaminhamento feito por Demostenes. Sibá Machado, que está com o processo contra Magno Malta, relutou no início, afirmando que ainda não havia consultado as bases políticas para saber se realmente aceitaria o cargo de relator. Já Jefferson Péres (PDT-AM), relator da denúncia contra Suassuna, havia avisado ao presidente do conselho que não poderia comparecer à reunião de ontem.

Mas a solução foi rápida: por pressão dos colegas, Sibá, mesmo admitindo que ainda consultaria as bases para continuar na relatoria, assumiu, verbalmente, o mesmo parecer de Demostenes. Para que o caso de Suassuna não ficasse pendente de decisão, João Alberto nomeou relator *ad hoc* o senador César Borges (PFL-BA), que também concordou com a devolução dos autos à Mesa.

– Com esta decisão, estamos deixando claro que queremos fazer a investigação. Mas a apuração de indícios, referente à fase da denúncia, já foi feita. Queremos, agora, iniciar o processo disciplinar contra os senadores, porque ainda não temos provas para julgá-los – afirmou Demostenes, ao esclarecer que no caso de Serys, por exemplo, o processo disciplinar vai apurar a culpa ou a inocência da parlamentar.

Segundo César Borges, o encaminhamento dado por Demostenes Torres “foi rápido”, e assim deverá ser a deliberação da Mesa. Durante a reunião, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) manifestou sua preocupação com o quórum nas próximas reuniões do conselho.

Parecer de Demostenes serve de base para que decisão seja revista

Na abertura da reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Demostenes Torres apresentou parecer solicitando que a Mesa do Senado reenvie ao colegiado o processo da senadora Serys Slhessarenko – ela foi citada no relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas por indícios de envolvimento na máfia das ambulâncias –, na forma de representação e não como de denúncia, conforme havia decidido, em nome da Mesa, o presidente Renan Calheiros na última terça-feira.

Na prática, Demostenes Torres defende a imediata investigação, pelo Conselho de Ética, de quebra de decoro parlamentar, o que pode resultar em cassação de mandato.

O parecer do senador por Goiás – de cinco páginas – serviu de base para que os membros do Conselho de Ética decidissem incluir na mesma situação os processos dos senadores Magno Malta e Ney Suassuna, também para que fossem abertas denúncias contra os senadores. Nesse caso, o colegiado ficaria obrigado a iniciar procedimentos de investigação, sem considerar automaticamente os fatos apurados pela CPI dos Sanguessugas. Com isso, poderiam se prolongar por mais tempo os processos que podem levar à perda de mandato dos envolvidos. A Mesa pode rever ou manter a decisão inicial.

– Caso a minha solicitação não seja acolhida pela Mesa do Senado, irei ingressar junto ao Supremo Tribunal Federal para que julgue a procedência de minha solicitação – ameaçou Demostenes Torres.

Para o parlamentar, os fatos imputados à senadora Serys Slhessarenko, apurados pela CPI dos Sanguessugas, “são extremamente graves e indicam necessidade premente de instauração de processo disciplinar”. A senadora foi acusada pelo empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, um dos sócios da Planam – empresa que superfaturava os preços das ambulâncias –, de usar o seu genro, Paulo Roberto, para receber propina no valor de R\$ 35 mil.

Para Demostenes, portanto, não cabe investigação preliminar no caso da senadora Serys, já que, observou, os fatos estão comprovados por fartas investigações da CPI, da Polícia Federal e do Ministério Público.

O senador, entretanto, admitiu que no desenrolar dos seus trabalhos o colegiado poderá ouvir, como é de seu desejo, o empresário Luiz Antônio Vedoin e o genro da senadora de Mato Grosso. Ele afirmou ainda, em entrevista à imprensa, que poderá pedir a quebra do sigilo bancário de Serys Slhessarenko e do genro dela.

“Conselho foi firme”

Demostenes deixou a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar satisfeito com a decisão tomada pelo colegiado de reenviar à Mesa do Senado os processos contra os três senadores acusados de envolvimento nas ações da máfia das ambulâncias.

– O conselho foi firme, não cedeu – elogiou.

No primeiro encaminhamento, a Mesa enviou os processos ao conselho com orientação

“Iniciar novas investigações significaria chover no molhado”, afirma Demostenes Torres

para que fossem abertas denúncias contra os senadores. Nesse caso, o colegiado ficaria obrigado a iniciar procedimentos de investigação, sem

considerar automaticamente os fatos apurados pela CPI dos Sanguessugas. Com isso, poderiam se prolongar por mais tempo os processos que podem levar à perda de mandato dos envolvidos. A Mesa pode rever ou manter a decisão inicial.

Começar novas investigações como se nada existisse, segundo Demostenes Torres, significaria “chover no molhado”. O parlamentar defendeu a prerrogativa do Senado de examinar e julgar a conduta ética dos envolvidos, independentemente dos trabalhos policiais e da decisão que possa tomar a Justiça.

– O Senado tem o direito de se posicionar e, se for o caso, decidir que os acusados não podem viver no nosso meio.

Antes da reunião do Conselho de Ética, Demostenes Torres informou que havia falado com o presidente do Senado, Renan Calheiros, de quem teria ouvido que agiria rapidamente caso a decisão do colegiado fosse pela devolução dos processos à Mesa. Depois da decisão, Renan Calheiros anunciou que em 24 horas apresentará a deliberação da Mesa.

Presidente do Senado espera receber ainda hoje respostas dos integrantes da Mesa sobre denúncias encaminhadas por comissão parlamentar de inquérito

Renan consulta a Mesa diretora sobre processos contra acusados

Minutos depois de o Conselho de Ética ter devolvido as denúncias contra os três senadores acusados de envolvimento com a máfia das ambulâncias, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que ouviria, em 24 horas, os integrantes da Mesa diretora, para decidir o encaminhamento das acusações.

– Eu tenho um padrão de comportamento a seguir e o tenho seguido em todos os casos. Amanhã [hoje] mesmo, terei uma resposta. Vou redigir agora ofício a cada um dos membros da Mesa que estão fora de Brasília, para que tenhamos uma resposta amanhã [hoje]. O que fizemos foi queimar essa etapa, mandar esses processos para o conselho *ad referendum* da Mesa. Mas já que é preciso ouvir os integrantes da Mesa, vamos ouvi-los até amanhã [hoje].

Ao chegar ao Senado, Renan ressaltou que não tinha visto, até então, a decisão do conselho. Indagado se Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que integra a Mesa e foi citado na revista *Veja* como envolvido nas irregularidades, será solicitado a opinar, voltou a dizer que nada está decidido.

– Vou decidir o critério e vou conversar com cada um da Mesa.



Renan explica que enviou logo denúncias ao conselho porque o assunto era urgente

Se ele se sente em condições de, com isenção, opinar, não sei. Não vi a denúncia. E não quero entrar nessa discussão caso a caso. Tenho que conduzir esse processo com absoluta isenção.

Renan observou que a sua iniciativa de mandar logo o relatório da CPI para o Conselho de Ética se amparou no propósito de agir com celeridade. “Mas, já que o conselho pediu para ouvir a Mesa, vou adotar a mesma linha, para que tenhamos uma resposta rápida, ouvindo todos os seus membros em 24 horas e por escrito.”

O presidente do Senado informou que três integrantes da direção do Senado estavam em Brasília e os demais se achavam nos estados. Com base no Regimento Interno da Casa, explicou que as únicas instâncias que podem apresentar representação contra parlamentar junto ao conselho são os partidos políticos e a Mesa.

– Eu mandei isso direto para o conselho como representação porque foi o que me foi proposto. Como o assunto era urgente, todo mundo estava esperando celeridade, queimar etapas.

João Alberto quer conclusão até 25 de setembro

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, João Alberto Souza (PMDB-MA), reunirá aquele colegiado no dia 5 de setembro para encaminhar os processos contra os senadores acusados de participar da máfia das ambulâncias. João Alberto quer encerrar o caso em no máximo 20 dias, ou seja, até 25 de setembro.

Segundo ele, a imprensa quer “condenação antes do tempo”, o que está criando receio entre os parlamentares convidados a relatar os processos contra os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

De acordo com João Alberto, o conselho encaminhará os processos com base na representação da Mesa do Senado, cujo anúncio é aguardado para o meio dia de hoje, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Renan decidiu consultar os de-



Clima de cobrança tem prejudicado escolha de relatores, diz João Alberto

mais membros da Mesa sobre a representação, depois de receber do Conselho de Ética pareceres pela admissibilidade da denúncia contra os três, que havia sido encaminhada por meio de relatório da CPI dos Sanguessugas.

Os pareceres retornaram ontem à Mesa em face de o presidente

do Senado ter dito, na terça-feira, que o envio do relatório da CPI ao conselho não configurava representação, como chegou a ser o entendimento de João Alberto.

Com a ressalva feita por Renan, o conselho chegou a um consenso sobre o encurtamento dos prazos, devolvendo a denúncia para que a Mesa decidisse ou não pela representação. Ontem, o PSOL ingressou com representação na Secretaria Geral da Mesa, com base no que prevê o regimento do Conselho de Ética.

– O que vai valer é a representação da Mesa, que já está em andamento – observou João Alberto. Ele considera que o clima de cobrança levou Sibá Machado (PT-AC) a desistir da relatoria do processo contra Magno Malta. A relatoria do processo contra Suassuna está com o senador Jefferson Péres (PDT-AM) e a da senadora Serys, com o senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Nova lista do Supremo inclui três parlamentares inocentados por CPI

Foram divulgados ontem os nomes de 27 parlamentares que serão investigados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeita de envolvimento com a máfia das ambulâncias. Esses nomes se somam aos de outros 57 congressistas que já haviam sido denunciados ao Supremo, em um total de 84 pessoas. A nova relação foi divulgada pela CPI dos Sanguessugas, que investiga esse esquema de corrupção.

A lista do Supremo Tribunal Federal não traz novidades em relação aos parlamentares que foram investigados pela CPI dos Sanguessugas, mas há três nomes que haviam sido inocentados pela comissão: Feu Rosa (PP-ES), Gilberto Nascimento (PMDB-SP) e Helenildo Ribeiro (PSDB-AL). De acordo com a Agência Câmara, o presidente da CPI, deputado

federal Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), declarou que os três poderão ser novamente investigados pela comissão.

Entre os 27 nomes apresentados ontem está o do senador Magno Malta (PL-ES), mas não o da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) – o nome do senador Ney Suassuna já estava na primeira lista do STF.

Ao ser questionado se isso favoreceria Serys no julgamento a que ela poderá ser submetida no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no Senado, o deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) afirmou que “isso não pesa nem a favor nem contra”. O deputado, que é um dos sub-relatores da CPI dos Sanguessugas, ressaltou que “o julgamento no Congresso é político, já que esta é uma Casa política”.

Veja a lista dos 27 novos parlamentares que serão investigados pelo STF:

Adelor Vieira (PMDB-SC)	Heleno Silva (PL-SE)
Aginaldo Muniz (PP-RO)	Ildu Araújo (PP-SP)
Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ)	João Grandão (PT-MS)
Benjamin Maranhão (PMDB-PB)	João Magalhães (PMDB-MG)
Carlos Dunga (PTB-PB)	Jonival Lucas Júnior (PTB-BA)
Carlos Nader (PL-RJ)	Jorge Pinheiro (PL-DF)
Celcita Pinheiro (PFL-MT)	Josué Bengtson (PTB-PA)
César Bandeira (PFL-MA)	Magno Malta (PL-ES)
Coronel Alves (PL-AP)	Marcondes Gadelha (PSB-PB)
Érico Ribeiro (PP-RS)	Marcos de Jesus (PFL-PE)
Feu Rosa (PP-ES)	Paulo Gouvêa (PL-RS)
Gilberto Nascimento (PMDB-SP)	Ricardo Rique (PL-PB)
Helenildo Ribeiro (PSDB-AL)	Robério Nunes (PFL-BA)
	Wellington Roberto (PL-PB)

Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho

Informação ao alcance de todos






Acervo aberto para consulta ao público em geral:

- 150 mil livros;
- 2,7 milhões de recortes de jornais;
- 450 mil fascículos de periódicos;
- 4 mil obras raras;

Senado Federal
Subsecretaria de Biblioteca
e-mail: isbib@senado.gov.br
www.senado.gov.br/biblioteca
Tel: (61) 311 3943 e 311 3944 - Fax: (61) 311 1665
Praça dos Três Poderes, Anexo II, Térreo - Brasília/DF

Bases de dados estrangeiras,
com artigos e periódicos
em texto integral.

Senador condena postura de revista, que, segundo disse, não ouviu sua versão. Ele afirma que o empresário, em mais de 120 horas de depoimento à Justiça, não citou seu nome

Antero rebate acusações de Vedoin divulgadas pela *Veja*

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) se defendeu ontem em Plenário da acusação feita à revista *Veja* pelo empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, que indica participação do senador no esquema de compra superfaturada de ambulâncias com recursos de emendas ao Orçamento. Sócio da Planam, o empresário é apontado como líder da máfia das ambulâncias.

Na entrevista, Vedoin disse que seu pai, José Darci Vedoin, acertou com Antero o pagamento de R\$ 40 mil em comissão pela elaboração de emendas ao Orçamento no valor de R\$ 400 mil destinadas à compra de ambulâncias da empresa da família. O repasse dos recursos, segundo o empresário, teria sido feito por meio do deputado Lino Rossi (PP-MT), cujo nome consta do relatório preliminar da CPI dos Sanguessugas.

Antero destacou que Vedoin foi ouvido em diferentes esferas da Justiça por mais de 120 horas e jamais havia citado seu nome. Lembrou, ainda, que Maria da Penha Lino, ex-assessora do Ministério da Saúde que teria a incumbência de agilizar a aprovação das emendas, teria observado, em depoimento, que ele, Antero,



Antero lamenta que desmentido feito à revista não tenha recebido destaque na mídia

seria “inacessível”.

O senador condenou a postura de *Veja*, que, segundo informou, não procurou ouvir sua versão dos fatos, e lamentou que o desmentido feito pelo deputado Lino Rossi, que isentou Antero, não tenha recebido o mesmo destaque na imprensa. Ele informou que já requereu ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso direito de resposta à revista.

O parlamentar disse que protocolou na CPI dos Sanguessugas – e fará o mesmo junto ao Ministério Público Federal – pedido

de investigação sobre isenção de impostos concedida à Planam e à Santa Maria, outra empresa do grupo, pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS).

Segundo Antero, Maggi assinou decreto beneficiando a Planam e a Santa Maria com isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) até dezembro de 2007. O senador foi apartado por Alvaro Dias (PSDB-PR), que elogiou seu “comportamento corajoso” e observou que “sua conduta sempre merecerá aplausos”.

Roberto Cavalcanti propõe três “vacinas anticorrupção”

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) apresentou três emendas, classificadas por ele como “vacinas anticorrupção”, a projeto de lei da Câmara que pretende obrigar as prefeituras a dar ampla divulgação à liberação de verbas vinculadas a convênios com o governo federal. A proposta (PLC 5/05) está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e modifica a Lei 9.452/97, que determina a obrigatoriedade de as câmaras municipais serem informadas da liberação de recursos federais para os municípios.

Segundo explicou o senador ontem em Plenário, esse pacote de medidas tem a intenção de

evitar a má gestão de recursos públicos e impedir que se repitam irregularidades como as atribuídas à máfia das ambulâncias.

– É preciso alterar a Lei 9.452/97 para aperfeiçoar o controle e a transparência no repasse de recursos federais aos municípios. Assim, deve-se reduzir o espaço para desvio de recursos públicos com mais informação à comunidade sobre as verbas federais recebidas pelas prefeituras – avaliou.

A transparência na gestão pública é apenas um dos elos da “tríplice aliança” proposta pelo parlamentar contra a corrupção, que inclui ainda a liberdade de imprensa e o fim



Emendas de Roberto Cavalcanti a projeto da Câmara serão analisadas pela CCJ

de impunidade.

– É a imagem do Congresso que está em jogo – observou, lembrando que a opinião pública espera do Legislativo não só a punição dos culpados por eventuais desvios de recursos públicos, mas uma legislação que evite a repetição desses episódios.

Heráclito condena “cerceamento de liberdade” da oposição no Piauí

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) informou ao Plenário que a Justiça Eleitoral do Piauí proibiu que os candidatos de oposição no estado vinculem, no programa eleitoral no rádio e na televisão, os petistas ao mensalão. Antes, disse, a Justiça havia proibido o uso ou a venda de um “boneco simpático que leva o nome de PiTóquio”. Acrescentou que também não se pode reproduzir notícias que vinculem o nome do governador, Wellington Dias, às investigações da Operação Sanguessuga.

– Todos esses impedimentos foram solicitados pelo PT. Desse jeito, se a constituinte exclusiva proposta por Lula passar, eles vão criar um tribunal de Nuremberg para julgar seus adversários políticos. É lamentável esse cerceamento da liberdade. Tudo isso mostra o veio autoritário do PT – afirmou.

Heráclito teme que o PT “possa tentar impedir” que as oposições cobrem “os 20 mil empregos que o governador anunciou que a Vale do Rio Doce” iria criar



Heráclito: PT recorre à Justiça Eleitoral para impedir cobrança dos opositores

no Piauí e que “até hoje estão só na promessa”. Lembrou que o governo estadual anunciou ainda que a cidade de Parnaíba (PI) seria ligada num vôo à cidade italiana de Milão. “Nunca chegou um avião e, agora, prometem que a linha aérea será criada depois das eleições.”

– E as quatro hidrelétricas que prometeram para o Piauí? As oposições vão poder dizer que nada disso funciona? Será que as oposições vão poder dizer que um petista foi apanhado com a cueca cheia de dólares? – interrogou.

Paulo Paim sugere a criação da Semana do Trabalhador

Paulo Paim (PT-RS) deseja que a semana que antecede o dia 1º de Maio seja denominada Semana do Trabalhador, a fim de proporcionar uma maior reflexão sobre a atividade profissional e a ordem econômica do Brasil. Projeto nesse sentido (PLS 97/06), apresentado pelo senador, aguarda decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de onde seguirá para a Comissão de Educação (CE).

Paim quer instituir essa semana como parte das comemorações do Dia do Trabalho. Seu projeto incumbe o Ministério do Trabalho de fornecer, nesse período, a todos os sindicatos, escolas públicas e empresas, cartilhas explicativas sobre os aspectos jurídicos da relação de emprego, assim como a relação de todos os serviços prestados por essa pasta do governo.

O mesmo projeto exige que a administração direta da União, estados e municípios promova um calendário de atividades que objetive a informação, a especialização, a integração e a difusão das experiências dos trabalhadores. Com essa proposição, ele disse esperar atender o interesse de milhões de brasileiros.

Na justificativa do projeto,



Paim quer ampliar debate sobre o trabalho na semana que antecede o 1º de Maio

Paim esclarece que seu propósito não é o de criar mais um feriado, licença, folga ou descanso, em função do Dia do Trabalho. O senador diz que sua intenção é proporcionar uma maior reflexão sobre os complexos aspectos que envolvem a atividade profissional e econômica deste país.

– A proposição ensina também uma atribuição pedagógica ao Ministério do Trabalho, que passará a elaborar cartilhas sobre os direitos sociais do trabalhador – informa. Paim sugere que, nessa semana, a discussão a respeito do trabalho seja intensificada, aprofundando a busca de soluções que signifiquem melhores condições de vida e maior desenvolvimento para o país.

De acordo com líder do PT no Senado, estudo da Fundação Getúlio Vargas demonstra que houve redução das desigualdades no Brasil no período do governo Luiz Inácio Lula da Silva

“País escolheu crescer com distribuição de renda”, diz Ideli

Citando estudo feito pelo professor Marcelo Nery, da Fundação Getúlio Vargas, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), afirmou ontem que “crescer com distribuição de renda é o caminho que o país escolheu”. Segundo Ideli, o estudo demonstra que houve diminuição da desigualdade no Brasil durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– Entre março de 2002 e junho deste ano, a participação dos 50% mais pobres na renda nacional saltou de 10,11% para 12,20%, enquanto a fatia dos 10% mais ricos caiu de 49,12% para 46,89%. Essa é uma prova inequívoca de que o crescimento econômico está atrelado à diminuição da desigualdade – comemorou.

A senadora também citou matéria do jornal *Folha de S. Paulo* segundo a qual o lucro da indústria brasileira quase triplicou durante o governo Lula. De acordo com a parlamentar, levantamento feito pela empresa de consultoria Economática revelou que o lucro de 180 empresas de diversos setores – excluídos os bancos –, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, chegou a R\$ 71,5 bilhões, contra R\$ 213,9



Foto: Roosevelt Pinheiro

Ideli ressalta aumento da participação da população mais pobre na renda nacional

bilhões na gestão Lula, um crescimento de 198,9%.

Ideli destacou ainda que outros jornais noticiaram dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) demonstrando que 81,9% dos acordos salariais negociados no primeiro semestre deste ano obtiveram aumentos superiores à inflação, especialmente em Santa Catarina, onde, segundo a senadora, os trabalhadores ganharam os melhores reajustes salariais dos últimos dez anos.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) solicitou à Mesa que o discurso de Ideli Salvatti seja encaminhado ao sindicato dos

trabalhadores da Volkswagen, empresa que ameaça fechar uma de suas fábricas em São Paulo e demitir milhares de metalúrgicos. Para ele, é “incrível uma senadora do PT fazer apologia do capitalismo e do lucro quando milhares de trabalhadores estão perdendo os empregos”.

Heráclito ainda encaminhou requerimento solicitando informações à Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) sobre a situação dos diversos setores produtivos do estado. Ideli Salvatti reconheceu que alguns setores da economia catarinense têm sofrido reveses, como os frigoríficos, devido à gripe aviária e ao embargo da Rússia à carne suína. Ela também culpou o câmbio pelas dificuldades enfrentadas por outros setores, como o têxtil e o calçadista.

A parlamentar sugeriu que o requerimento de Heráclito fosse estendido a todos os estados, inclusive ao Piauí. O senador rebateu lembrando que, para Ideli, seria mais fácil obter as informações, uma vez que o governador do Piauí é do PT. Ele acrescentou que o estado vive seus piores momentos, “com um governo de factóides”.

Corte de empregos anunciado pela Volkswagen preocupa Sibá Machado

Ao comentar a crise gerada pela possibilidade de fechamento da fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, o senador Sibá Machado (PT-AC) observou que a proposta colocada pela empresa como alternativa ao encerramento das atividades é “um remédio muito amargo para os trabalhadores”, na medida em que prevê o corte de milhares de empregos e a redução dos benefícios para os funcionários que forem mantidos.

O parlamentar destacou que o fechamento estava previsto no plano de reestruturação da empresa e que o sindicato dos trabalhadores vem lutando contra essa medida há cerca de dez anos. Os funcionários sugerem, segundo Sibá, que a fábrica do ABC passe a produzir outros modelos de veículos e que altere a estrutura administrativa da unidade de São Bernardo, pois

a má gestão seria, na visão do sindicato, a principal razão dos maus resultados obtidos.

A unidade do ABC conta com 12.400 funcionários. A Volkswagen prevê um corte imediato de 3.672 postos de trabalho, além de uma redução imediata na participação nos lucros e mudanças no sistema de banco de horas e na tabela salarial.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) questionou que providências o governo já teria tomado em favor dos trabalhadores da empresa. Sibá, em resposta, informou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teria se colocado à disposição para contribuir na solução do impasse.

Sibá Machado também tratou da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que deve ser realizada



Sibá: proposta da empresa é “um remédio muito amargo para os trabalhadores”

hoje. O órgão tem a participação do governo, de entidades de classe – tanto patronais quanto de trabalhadores – e de diversas organizações da sociedade civil.

Segundo o senador, no encontro será debatido o “Plano Estratégico de Crescimento com Distribuição de Renda”, elaborado pelo Banco Central, Ministério da Fazenda e BNDES. Ele explicou tratar-se de um conjunto de metas para a economia brasileira nos próximos 15 anos. A idéia, explicou, é crescer 6% ao ano a partir de 2008, com aumento de investimentos em infra-estrutura.

Marcos Guerra cobra apoio a setores moveleiro, têxtil e de vestuário

As indústrias de móveis, têxteis e de vestuário enfrentaram sérios problemas no ano passado e perderam exportações e postos de trabalho. Foi o que afirmou ontem em Plenário o senador Marcos Guerra (PSDB-ES). Para ele, tais setores precisam de mais atenção por parte do governo federal, em virtude de serem grandes geradores de renda e empregos para o país.

São 16.500 empresas no Brasil que trabalham formalmente no setor moveleiro e praticamente o dobro disso em empresas informais, explicou o senador. O segmento emprega em torno de 300 mil pessoas. Apenas no primeiro semestre do ano, frisou Marcos Guerra, o setor de móveis teve uma redução de cerca de 9% da sua produção, além de perder 11% das exportações e 12% dos empregos. O senador disse que, entre 2002 e 2004, o setor praticamente duplicou suas exportações, mas, no primeiro semestre deste ano, se comparado ao mesmo período de 2005, contabiliza uma redução de 16%.

Já o setor têxtil (em conjunto com o de confecções e vestuário), acrescentou, gerava em 1990 cerca de 2,95 milhões de postos



Marcos Guerra alerta para a redução de postos de trabalho nos três segmentos

de trabalho em todo o país. Em 2000, o número já estava em 1,87 milhão e, em 2002, 1,73 milhão. Em 2006, lamentou o senador, os postos de trabalho caíram para 1,65 milhão.

– Uma queda que, se comparada a 1990, chega a 44% dos empregos gerados nesse segmento. A previsão para 2010 é que os setores têxtil-vestuário chegue a 944 mil postos de trabalho. E o governo não tem feito nada para socorrer esses dois setores, que estão presentes em todo o país – afirmou Marcos Guerra.

Os senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB), César Borges (PFL-BA) e Sibá Machado (PT-AC) apartearam e elogiaram o pronunciamento do representante do Espírito Santo.

Luiz Otávio comemora início de obras financiadas pelo BID no Pará

Ao anunciar a visita de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a Belém, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) comemorou ontem, em discurso no Plenário, o início de várias obras de infra-estrutura em seu estado. Entre os empreendimentos citados, financiados pelo BID, ele ressaltou a drenagem da bacia da Estrada Nova, que terá um custo total de US\$ 125 milhões.

A Estrada Nova é a terceira maior bacia hidrográfica de Belém, com características habitacionais complicadas, apresentando os piores indicadores de saúde pública e baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). A drenagem da bacia, informou o parlamentar, vai melhorar a qualidade de vida de cerca de 600 mil pessoas.

Luiz Otávio se referiu também a financiamentos do BID aprovados para obras de infra-estrutura na cidade de Ananindeua e para o programa Pará Rural. As duas iniciativas, informou o senador,



Entre os empreendimentos, Luiz Otávio cita a drenagem da bacia da Estrada Nova

deverão apoiar a implantação de projetos produtivos envolvendo famílias rurais pobres, com base no aproveitamento das potencialidades locais, de forma sustentável.

O representante do Pará lembrou que a aprovação dos empréstimos foi possível graças a alterações na Resolução 43/01 do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo aos estados. As modificações na legislação, explicou ele, foram realizadas no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, da qual Luiz Otávio é presidente.

ACM diz que Lula apresentou na TV informação falsa sobre inflação

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem, da tribuna, que o presidente Lula fez uma afirmação falsa em propaganda eleitoral pela TV, terça-feira, ao falar de inflação. Segundo o senador, Lula disse ter obtido a menor inflação nos últimos dez anos, “quando na verdade isso ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso”. Conforme matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, citada pelo parlamentar, a inflação oficial em 1998 foi de 1,6%, enquanto a de 2005 ficou em 5,69%.

Antonio Carlos voltou a assegurar que Lula será derrotado na Bahia e disse que o candidato do PT ao governo do estado, Jacques Wagner, “agora nem aparece mais no horário eleitoral”, dando lugar ao presidente. O senador pediu ao Tribunal Superior Eleitoral que examine o programa do PT na Bahia, pois o partido estaria ferindo a legislação. A seu ver, o governador Paulo Souto será reeleito com tranquilidade.

O parlamentar ironizou o fato de Lula ter participado de jantar nesta semana com grandes empresários, como banqueiros, observando que os bancos vêm obtendo grandes lucros no atual



Antonio Carlos critica participação do presidente em jantar com empresários

governo. E disse que “esse jantar tem um significado às vésperas de eleições”.

– Quero pedir moralidade na administração, decência nas eleições e, sobretudo, que o presidente da República não se utilize, como certamente vai fazê-lo, do caixa dois, prática que ele tanto condenou, mas que achou natural quando esteve na França – enfatizou.

Antonio Carlos criticou ainda o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) por ter afirmado terça-feira, em discurso no Plenário, que Juscelino Kubitschek foi acusado de corrupto durante a sua administração.

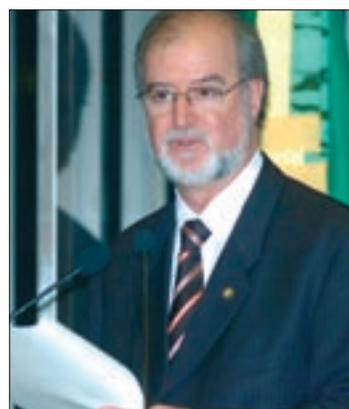
Azeredo pede liberação de verbas para o metrô de Belo Horizonte

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) manifestou preocupação com a falta de recursos federais para dar continuidade às obras do metrô de Belo Horizonte.

– Os valores do Siafi [Sistema Integrado de Administração Financeira] no Orçamento da União demonstram que nenhum centavo chegou a ser aplicado este ano – protestou.

Em 2005, disse Azeredo, dos R\$ 110,7 milhões previstos para a obra em Belo Horizonte, foram aplicados apenas R\$ 16,1 milhões. O senador comparou as liberações feitas durante o governo Lula com o primeiro governo Fernando Henrique, para demonstrar que a gestão tucana teria investido quatro vezes mais que a petista nas obras do metrô.

Azeredo afirmou ainda que, embora metrô de outras capitais, como Salvador, Recife e Fortaleza, tenham recebido recursos, esses seriam insuficientes e, à exceção do metrô de São Paulo, as principais cidades brasileiras ainda não possuem um sistema de transporte de massas adequado às necessidades dos trabalhadores.



Azeredo: recursos são insuficientes e nenhum centavo foi aplicado este ano

Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE) destacou que Pernambuco só recebeu R\$ 78 milhões em 2006 em razão de emenda ao Orçamento apresentada por ele.

Azeredo disse ainda que acredita em um plano arrojado de duplicação das principais estradas brasileiras. Ele foi aparteado também pelo senador Sibá Machado (PT-AC) que sugeriu investimentos em sistemas alternativos ao transporte rodoviário – como hidrovias e ferrovias – para reduzir custos, tendo em vista o aumento da produção agrícola.

Parlamentar adverte que o “abandono da agricultura pelo governo federal poderá significar, no futuro, a falta de alimento nas mesas dos brasileiros”

Alvaro lamenta participação menor do agronegócio no PIB

Ao comentar pesquisas divulgadas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Universidade de São Paulo, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou ontem, da tribuna, o recuo de 1,91% na participação do agronegócio no produto interno bruto (PIB) do país. Ele alertou para a possibilidade de desabastecimento de alimentos nos próximos anos devido aos baixos preços dos produtos agrícolas.

O parlamentar criticou o governo federal por, em vez de garantir preços mínimos para a produção agrícola, utilizar-se da crise no setor para ampliar a oferta de alimentos baratos e controlar a inflação. “O que nos ameaça é que esse abandono



Alvaro critica Executivo por não garantir preços mínimos à produção agrícola

[da agricultura] pode significar, no futuro, falta de alimentos na mesa dos brasileiros”, disse.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) discorreu de Alvaro Dias, lembrando que o governo federal não tem controle sobre

os preços dos produtos agrícolas, uma vez que, numa economia de mercado como a brasileira, as cotações dessas mercadorias são fixadas de acordo com variações da demanda mundial. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), referindo-se a matéria publicada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a crise no agronegócio brasileiro, manifestou apoio a Alvaro Dias.

Impeachment

Alvaro também comentou requerimento encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, por uma empresária paulista. No documento, ela apresenta denúncia por crime de responsabilidade contra o presidente Lula e propõe instauração de processo de *impeachment* por envolvimento no escândalo do mensalão.

César Borges cobra solução para crise na cacauicultura baiana

O senador César Borges (PFL-BA) cobrou do governo federal solução para a crise “interminável” da cacauicultura baiana. Ele citou matéria do jornal baiano *A Tarde*, que analisa os problemas do setor, como o baixo preço internacional do cacau, combinado com a desvalorização do real perante o dólar e a praga da vassoura-de-bruxa, que levou a uma queda acentuada da produção.

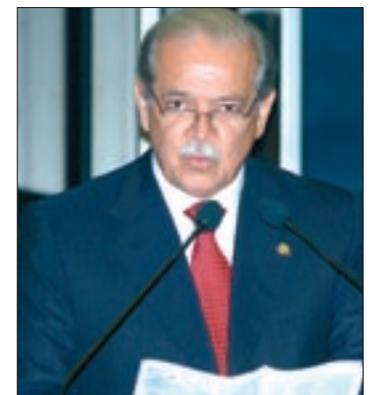
– Denúncia de que a vassoura-de-bruxa teria sido levada proposadamente da Amazônia para a Bahia por integrantes do PT está sob investigação. A matéria do jornal *A Tarde* diz que, enquanto o governo federal estende uma mão e assina nova medida provisória renegociando débitos, com a outra despacha notificações de execução de cacauicultores, que podem perder suas fazendas em leilão – alertou.

César Borges disse que o governo é o algoz do agronegócio, quando deveria se preocupar em promover o seu desenvolvimento. Segundo o senador, a MP 317 – publicada no *Diário Oficial* do último dia 18, que desonera de encargos de inadimplência as parcelas do Programa Especial de

Saneamento de Ativos (Pesa), da securitização e do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop) e renegocia as dívidas vencidas em 2005 e 2006 – ainda não foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e favorece apenas 1% dos produtores, os adimplentes até 2004. “A maioria dos produtores pode ser executada a qualquer momento e suas fazendas irão a leilão, uma vez que o Banco do Brasil [BB] transformou a dívida agrícola em dívida fiscal. A esperança dos produtores é obter decisão favorável da Justiça Federal para a ação civil pública que pede o retorno da dívida para o BB”, assinalou.

O senador ainda protestou contra a permanência no cargo do coordenador geral de Apoio Operacional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Wellington Duarte, por ser um dos acusados de ter levado a praga da vassoura-de-bruxa para a Bahia como forma de atingir objetivos político-eleitorais.

– É alguém que já deveria estar afastado das suas funções. É o crime que compensa. A Polícia Federal se mostra muito eficiente



Borges quer auxílio contra vassoura-de-bruxa e baixo preço internacional do cacau

em determinadas áreas, mas não é eficiente quando deve apurar fatos relativos ao governo – frisou.

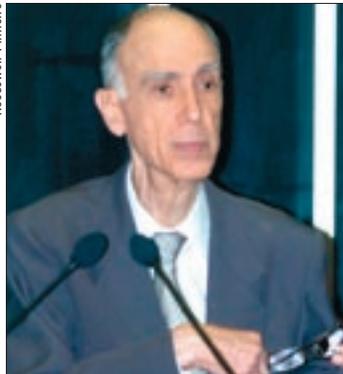
Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que o “mistério que paira sobre o crime praticado” contra os cacauicultores baianos merece ser apurado e que gostaria de ver a ação efetiva e rápida do Ministério da Justiça nessa questão. Já Sibá Machado (PT-AC) afirmou que o PFL “está muito catastrofista”, pois, a julgar pelos pronunciamentos da sua bancada, “parece que o Brasil parou de 2003 para cá”. No caso da vassoura-de-bruxa, Sibá disse que qualquer pessoa que tenha atentado contra as plantações de cacau da Bahia não deveria estar ocupando cargos, mas presa. Resaltou, porém, que é preciso antes provar o envolvimento no crime.

Senador sustenta que parcerias ajudam no desenvolvimento do país, principalmente na área de Ciência e Tecnologia, e na geração de empregos e renda

Maciel defende associação entre empresas e universidades

Parcerias entre empresas e instituições de ensino superior podem auxiliar no desenvolvimento da ciência e tecnologia nacionais, além de alavancarem a economia e a geração de empregos e renda. A idéia foi defendida ontem por Marco Maciel (PFL-PE), que conclamou os empresários e acadêmicos brasileiros a perderem o “preconceito em se associar”.

O senador informou que a prática é bastante comum nos Estados Unidos, Japão, Coréia do Sul, Taiwan, Malásia, Cingapura, Canadá e Austrália. Ele sublinhou que, na maioria desses países – principalmente nos Estados Unidos –, as parcerias envolvem pequenas, médias e grandes empresas e universidades de diversos portes, públicas ou privadas. Na interpretação de Maciel, tais parcerias caracterizam uma inovação necessária para que empresas e universi-



Maciel elogia as universidades e institutos pelo aumento de pesquisas científicas

dades consigam enfrentar os impactos da globalização e da competitividade internacional. Esses impactos, acrescentou Maciel, podem também ser suavizados com investimentos, principalmente na educação nacional e no desenvolvimento da ciência e tecnologia brasileiras.

Após registrar que o Brasil forma por volta de 10 mil doutores por ano, Maciel disse que as

instituições brasileiras deveriam priorizar a formação em engenharias e ciências naturais, “que concorrem, e muito, para também fazer crescer o processo de inovação”.

O senador elogiou ainda as universidades e institutos brasileiros pelo aumento de pesquisas científicas. Ele citou especialmente a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade de Campinas (Unicamp), como entidades incentivadoras do desenvolvimento científico e tecnológico no país.

– É fundamental que forjemos uma consciência coletiva para que o enlace entre as instituições de ensino e as empresas se difunda cada vez mais, gerando assim novas oportunidades para o nosso crescimento – concluiu.

Projeto aumenta possibilidade de desvinculação de cursos do ProUni

Após ser aprovado pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa, foi encaminhado para a Câmara projeto de Valdir Raupp (PMDB-RO) destinado a garantir o nível de qualidade dos cursos universitários que oferecem bolsas de estudo para alunos de baixa renda, no âmbito do Programa Universidade para Todos (ProUni).

De acordo com a proposição (PLS 88/06), serão desvinculados do programa os cursos julgados de desempenho insuficiente em duas avaliações consecutivas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), sem prejuízo para o estudante já matriculado.

Em sua justificativa, Raupp argumenta que, sendo o Sinaes de criação recente, cursos já reprovados nas avaliações do extinto Exame Nacional de Cursos, o Provão, bem como na primeira edição do Exame Nacional dos Estudantes (Enade) continuarão a ser beneficiados pelo ProUni nos próximos anos.

Raupp lembra que o Enade somente avalia as áreas de conhecimento a cada três anos. O senador citou, ainda, denúncias da imprensa de que cursos seguidamente reprovados no Provão e no Enade estão oferecendo centenas de bolsas de estudo pelo ProUni.

Para Raupp, tão importante



Raupp é autor da proposta aprovada pela CE e encaminhada para a Câmara

quanto manter a oportunidade de acesso educacional à universidade, para estudantes de baixa renda por meio do ProUni, é assegurar um padrão de qualidade dos cursos que dele participam. O mesmo critério foi destacado pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC), relator do projeto na CE.

Marcos Guerra (PSDB-ES) homenageou o ex-senador Moacyr Dalla, morto no último domingo em Guarapari (ES), aos 79 anos, destacando sua participação ativa na vida do país, sua dignidade e conduta ética em prol do bem público. O parlamentar lembrou

que, como presidente do Senado, Moacyr Dalla presidiu a sessão histórica em que Tancredo Neves foi eleito em 1985, dando início à redemocratização do país.

Guerra citou frase do ex-senador enquanto esteve à frente do Poder Legislativo para ilustrar



Hugo Hortêncio de Aguiar e Emília Barreto durante lançamento no estande do Senado

Miss Brasil 1955 autografa livro em feira internacional, em Fortaleza

A Miss Ceará e Miss Brasil 1955, Emília Barreto Correia Lima, participou, na noite de terça-feira, do lançamento da publicação *Ceará: uma pesquisa surpreendente*, de Hugo Hortêncio de Aguiar. O evento ocorreu no estande do Senado Federal, instalado na VII Bial Internacional do Livro do Ceará.

Um capítulo especial da obra é dedicado a Emília. Ela e o autor do livro autografaram muitos exemplares.

O texto reúne informações sobre temas exclusivamente relacionados ao Ceará. Um resumo da

vida do escritor José de Alencar e de sua obra abre a publicação. A segunda parte trata do folclore cearense, reunindo temas como música e concursos de beleza.

– Eu não conhecia nem tinha noção de quem era Emília, até me aprofundar nesse trabalho de pesquisa. Talvez seja a mulher mais completa que o Ceará já deu. Além de bonita que o Ceará já deu, um modelo. Reúne todas as qualidades morais – elogiou Hugo Hortêncio.

O livro foi publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas.

Publicação sobre a Biblioteca do Senado é lançada no Ceará

O Senado Federal lançou ontem, em seu estande na VII Bial Internacional do Livro do Ceará, em Fortaleza, um livro contando a história dos 180 anos de sua biblioteca.

Entre os momentos históricos relatados na obra, está o discurso de Visconde de Cairu, em sessão do Senado realizada em maio de 1826, propondo ao Visconde de Santo Amaro e aos demais parlamentares a criação de uma biblioteca para o Senado. “Vossa Excelência deve propor uma livraria onde todos os membros do Senado vão naquelas ocasiões, em que lhes for preciso, consultar as diferentes matérias que neces-

sitarem dos esclarecimentos”, sugeriu o então parlamentar.

A obra também mostra como a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho funciona hoje e apresenta os serviços que a instituição presta aos congressistas e demais usuários.

Um dos capítulos relaciona uma seleção de obras raras, com cerca de cem livros, periódicos, manuscritos e outras publicações que fazem parte das diversas coleções, de valor especial, acumuladas pela Casa ao longo de sua história.

Durante o lançamento será exibido um documentário da TV Senado sobre a biblioteca.

Marcos Guerra homenageia ex-senador

seu caráter idealista e combativo: “Sou e serei homem de partido; mas reza-me a consciência de, na Presidência, haver-me conduzido como magistrado”.

O senador elogiou ainda a produção escrita de Moacyr Dalla, especialmente a dedicada

à defesa da agricultura capixaba. Em aparte, Magno Malta (PL-ES) salientou que Moacyr Dalla, como secretário de Estado, foi o responsável pela liberação de verbas para construção da terceira ponte em Vitória, que beneficiou a cidade histórica de Vila Velha.